



Boletim do Venerável D. António Barroso

Director: Amadeu Gomes de Araújo, Vice-Postulador
Propriedade: Associação dos Amigos de D. António Barroso. NIPC 508 401 852
Administração e Redacção: Rua de Luanda, n.º 480, 3.º Esq. 2775-369 CARCAVELOS
Tlm.: 934 285 048 "Chamada para a rede móvel nacional" – E-mail: vicepostulador.antoniobarroso@gmail.com
Publicação trimestral | Assinatura anual: 5,00€

III Série

Ano XVI

N.º 48

Abril / Setembro de 2026

AS GRANDES VIAGENS DO BISPO MISSIONÁRIO IV - Visita Pastoral ao Niassa (27-09-1893)

Por Amadeu Gomes de Araújo

A terceira viagem que D. António Barroso efectuou após a sua chegada a Moçambique foi em direcção ao Niassa. Entre 27 de Setembro e 1 de Dezembro de 1893, caminhou por terras do interior profundo, levando em sua companhia o Padre Moura, Superior dos Jesuítas para as Missões da Zambézia.

Partiu mais uma vez da Ilha, onde chegara em 20 de Março do ano anterior. Desceu a costa na lancha-canhoeira

Cuama, aportando ao Sombo, onde fundeou, para no dia 2 de Outubro zarpar do portinho de Chinde, fazendo-se ao Chire. Dificuldades de navegação provocadas pelo baixo caudal de água, obrigaram-no a meter-se a pé, e no dia 12 levantava acampamento em Pinda. Continuou a pé, mas voltou a navegar, na lancha de um holandês protestante. A 19 estavam em Port Herald, estação britânica, onde mudaram para uma embarcação a remos. A 22 chegavam a Chilomo e prosseguiram a pé até Milange, na fronteira com a Niassalândia, a uns 300 quilómetros de Quelimane.

A Missão de Milange que pareceu ao prelado pouco menos que incipiente, constava do plano que concebera para a instalação de grandes postos de missão no interior. Nestas difíceis e arriscadas incursões, cheias de imprevistos,

que podiam, parcialmente, alterar os seus planos, D. António levava consigo uma estratégia: «*Foi sempre uma grande aspiração do zeloso Bispo de Himeria a criação de quatro postos missionários, lá bem no interior do sertão, sendo um em Milange, outro em Namuli, outro ao Oriente do Lago Niassa e ainda outro no Noedo, interior do Ibo. A acção do missionário sobre o preto, para ser profícua, tinha de ser exercida fora do contacto d'este com o europeu. A missionação deveria vir do interior para o littoral, e não vice-versa.*» (1)



Quando chegou a Milange, na fronteira com a Niassalândia (actual Malawi), o bispo andante tentou subir em direcção a Lichinga (Vila Cabral, no tempo colonial). Impedido de prosseguir, recuou pelo interior da Zambézia até Quelimane e regressou à sua sede, na Ilha de Moçambique.

Em Milange, D. António esperava encontrar os Padres Loubière e Parrodin, dois missionários novos que chegavam ao campo de missão. Entretanto, aqueles dois Jesuítas haviam falecido no caminho, o que o levou a apontar o passo para o

local onde tinham sido sepultados, a dois dias de distância, com o objectivo de indagar sobre a causa das suas mortes. Em carta que dirigiu ao Núncio Apostólico, em 13 de Janeiro de 1894, referindo-se a estes jovens missionários, escreveu: «*Seguiram para a missão de Milange quando a meio caminho, no Prazo da Coroa, chamado Boror, ambos morreram. Pouco depois, descendo eu de Milange, indaguei quanto pude entre os indígenas qual seria a causa da morte e fiquei convencido de que de modo algum houve violência da parte dos pretos.*

Temos, pois, que atribuir aquela desgraça às febres e talvez a alguma insolação.» (2)

Era sua intenção ir até ao Niassa, e para lá caminhou mais alguns dias, mas teve de regressar, devido ao exorbitante saguate exigido por Matipuire e Mutira Manja, régulos poderosos que haviam sido traficantes de escravos naquela zona e que rejeitavam a soberania portuguesa. «*É que havia a lutar com a má vontade de dois potentados da região – o Motopuire e o Mutira-Manja – residindo alternadamente, segundo as conveniências de momento, em território português ou inglês [...] e o despeito dos dois sobas provinha de não haverem recebido a passagem do illustre Prelado pelas suas terras a visita e o concomitante saguáte (presente) que elles queriam arvorar em praxe. Tão habituados andam a fazer pagar bem*

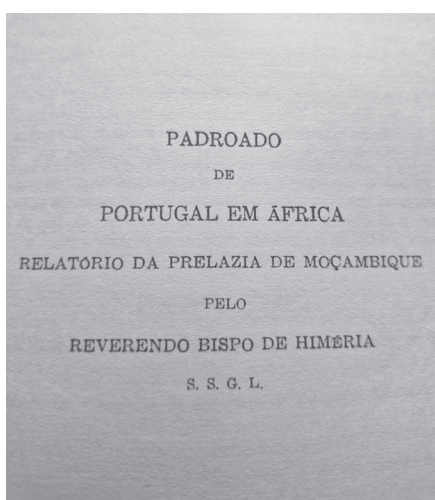


o reconhecimento fictício da soberania portuguesa!». (3)

Vendo frustrados os seus planos, voltou a fazer pelo interior da Zambézia, as centenas de quilómetros que o separavam de Quelimane, onde chegou a 1 de Dezembro de 1893. Tomou mais uma vez o barco que o levaria à sua Ilha de Moçambique, onde arribou, ainda com optimismo e fé bastantes para anotar no seu diário: «Estamos bastante cansados, por causa do muito calor e das privações do caminho, sobretudo no que respeita a água. Com a ajuda de Deus está terminada esta viagem, que não foi tão feliz como a gente queria, mas da qual espero em Deus se tirará algum proveito». (4)

Quanto ao Niassa, ficaria para a próxima. Havia que elaborar cuidadosamente um relatório sobre o estado da prelazia, e remetê-lo ao governo em Lisboa.

Ao concluir os dois primeiros anos da intensa actividade que vinha desenvolvendo, D. António parou para reflectir e elaborar um relatório que submeteu ao ministro do Ultramar, com data de 2 de Maio de 1894. Este relatório, de 175 páginas, com o título «Padroado de Portugal em África – Relatório da Prelazia de Moçambique pelo Reverendo Bispo de Himéria», foi depois publicado em Lisboa, no ano seguinte, pela Imprensa Nacional. Nas primeiras 70 páginas o relatório dá-nos uma visão do que fora a prelazia no passado e da situação naquela data, relatando as actividades entretanto desenvolvidas nos dois anos anteriores e apresentando um projecto das actividades a promover. Nas



Elaborado por D. António Barroso em 1894, após a longa e frustrada viagem que efectuou ao Niassa, este Relatório é um documento histórico fulcral que retrata a grave crise e o abandono material e espiritual a que estavam votadas as Missões Católicas Ultramarinas no final do séc. XIX. Publicado no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1895, reflecte o declínio do sistema do Padroado Português.

restantes 100 páginas, o prelado transcreve nove relatórios que mandou elaborar ao escrivão da câmara eclesiástica e aos responsáveis das Paróquias e Missões de Boroma, Zumbo-Kiciko, Tumbini-Milange, Inhambane, Quelimane, São José de Lhangue, Ibo e Ilha de Moçambique, onde residia. Trata-se de uma obra notável que, por um lado, revela o verdadeiro missionário, missiólogo e cientista que D. António era, e, por outro, manifesta a consideração e o apreço que tinha pelos seus

colaboradores, neste caso, Padres Jesuítas e Sacerdotes seculares.

O relatório mereceu os melhores encômios ao ministro, que despachou favoravelmente os pedidos do prelado: adaptar a igreja da Misericórdia a catedral; ajudar a criar uma residência para os missionários acabados de chegar a Moçambique fazerem um estágio de adaptação; inscrever no orçamento 1000\$000 para trabalhos extraordinários não orçamentados, e para apoio às Missões que nada recebiam do governo; criar um seminário em Portugal, destinado a formar missionários para Moçambique; melhorar a situação económica dos padres, cuja cóngrua era insuficiente para as necessidades diárias; uma gratificação ao escrivão da Câmara.



Plantação de chá. Ao fundo, o Monte Namuli (pico granítico na província da Zambézia, com 2.419m). Esta era uma das zonas onde o bispo missionário planeava criar um posto missionário avançado.

NOTAS:

1 - BRAZ, Sebastião de Oliveira – D. António José de Sousa Barroso – esboço da sua biographia. Porto: Livraria Portuguesa Editora, 1921, p. 50.

2 - Carta ao Nuncio Apostólico, datada de Moçambique, em 13 de Janeiro de 1894. Apud *Portugalensis Causa Beatificationis et Canonizationis Servi Dei Domini Antonii Joseph de Sousa Barroso Episcopi*. Porto, 1994, p. 1071.

3 - BRAZ, Sebastião de Oliveira – D. António José de Sousa Barroso – esboço da sua biographia. Porto: Livraria Portuguesa Editora, 1921, pp. 50-51.

4 - *Ibidem*, p. 51.



AFRICA ORIENTAL PORTUGUÊSA (P. E. A.) CHINDE — Aspecto da vila

Porto de Chinde. Daqui partiu D. António Barroso, no dia 2 de Outubro de 1893, com grandes projectos em mente.

Por entre as cartas do missionário Barroso...

Inabalável

A Condessa, o império do vidro e o Portugal
das duas mil cartas de D. António Barroso



Por Margarida Pogarell
Professora e escritora

Um homem polifacetado

Escrever é uma aventura, uma busca por saber, um alinhar de ideias, uma excursão pelo infinito.

Como as cartas de D. António Barroso me conduziram ao berço do império do vidro em Portugal, a uma condessa de força inabalável e à decisão de dar a conhecer algumas das cartas dirigidas ao, então, muito estimado e respeitado bispo do Porto! É interessante observar as personalidades destes homens e mulheres, a forma como correspondiam e interagiam com esta figura eclesiástica, e o contexto político, ideológico, social e familiar em que estavam inseridos.

Do encontro com estas personagens, históricas ou não, há muito diluídas no “pó dos tempos” e presentes na correspondência

de D. António Barroso, resulta uma viagem intensa e rica de momentos e situações pelos quatro cantos do mundo, nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX. As cartas reativam a memória destes homens e mulheres. Reacendem momentos, alegrias, contratempos ou desgostos devastadores, sejam eles de elevado cariz nacional ou doméstico.

O crepúsculo da aristocracia

Homens e mulheres que atravessaram momentos de charneira ou sentiram na pele a consequência das convulsões que abalaram o mundo e a política portuguesa. O Liberalismo Monárquico, imposto por uma guerra fratricida que devastou o país. A sonhada modernização, por parte de Fontes Pereira de Melo, que redundou na profunda crise financeira de 1892. A ameaça aos territórios ultramarinos, confirmada com a partilha de África na Conferência de Berlim (1884). A utopia da I República, que desaguou na ingovernabilidade e abriu caminho para a ditadura do Estado Novo. Anos peçados de sonhos, desilusões, ambições desmedidas, rotatividade partidária, convulsões sociais e golpes de Estado sacudiram um Portugal fundamentalmente rural, inculto, sem visão ou grande estratégia empresarial, à beira do colapso

financeiro, que resultou no assassinato do próprio rei, D. Carlos, e do príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, em 1908.

Um Portugal que assistiu, dois anos mais tarde, à deposição e fuga do último rei português, D. Manuel II. Impreparado, o jovem que assumiu à pressa o comando do reino abandonou o país no dia 5 de outubro de 1910, na companhia de sua mãe, a rainha D. Amélia de Orleães. Fundeado ao largo da pequena vila piscatória da Ericeira, o iate real **D. Amélia** recebia os proscritos políticos, transportados por barcos de pesca. No início da tarde, no convés, a família real viu extinguir-se na distância a praia dos Pescadores, o vilarejo e a costa portuguesa, rumo ao exílio na Inglaterra.

Como adivinhar, naquela euforia da igualdade e da liberdade, que os anos por vir se tornariam numa tremenda derrota ideológica? Acreditava-se na revolução. Funciona o ativismo. Muda-se a bandeira, elege-se um presidente. Mantêm-se, porém, o caciquismo e as coligações de interesses. A dependência do estrangeiro (sobretudo de Inglaterra) permanece. A incapacidade nas áreas do comércio e da indústria alia-se à da (quase inexistente) educação escolar. Sem quadros e sem aposta no conhecimento próprio, o país esvaía-se no fluir dos dias



Salazar na memória

O golpe militar de 28 de maio de 1926 não trava a instabilidade. O país ameaça mergulhar irremediavelmente na anarquia. A solução traz o Estado Novo e, com ele, um nome – **Salazar** – que permanece na história e na memória. O povo recebe de volta o direito a professar a sua religião, mas o Estado mantém-se laico.

A aristocracia, arredada do poder real e afastada dos seus privilégios e títulos nobiliárquicos nesta sucessão de terramotos políticos, vê-se empurrada para a penumbra da nova ordem social. Quem sobrevive, adapta-se; quem não o faz, assiste à erosão do seu próprio nome.

Quem foram, afinal, estes homens e mulheres que, de repente, deixaram de fazer parte do mundo divino dos reis? Para onde foram as suas memórias quando as suas grandes casas senhoriais



Fotografia da fábrica de vidro do Côvo, datada de 1923, situada na Quinta do Côvo.

<https://www.noticiasdeaveiro.pt/oliveira-do-azemeis-camara-quer-classificar-da-quinta-fabrica-vidro-do-covo-como-de-interesse-publico/>

e nas mudanças ininterruptas de governo. Estradas e comunicações deficientes atrasavam o desenvolvimento. Economicamente, o país soçobra.

À instabilidade política e económica alia-se a prova de fogo lançada sobre o povo português, vincadamente rural e católico. Desde o nascimento da nação, em 1143, que a ligação à Igreja Católica se colara ao ADN português. Esta identidade secular sofreu um rude golpe com a cruzada titânica, imediatamente iniciada por Afonso Costa no Governo Provisório da República. Enquanto ministro, com a pasta da Justiça e dos Cultos, decretou a Separação do Estado das Igrejas, publicada em Abril de 1911. Abalaram-se, assim, as estruturas da família, instituiu-se o divórcio, e segregaram-se, uma vez mais, as Congregações Religiosas.

A aliança centenária com a Inglaterra arrastou Portugal para o vórtice da I Guerra Mundial e para o agravamento da situação interna. Desfeito o mundo político, alteradas as regras sociais e retirada a religião – garantias

de uma relativa estabilidade e continuidade no país –, a sociedade, profundamente abalada e dividida, afunda-se no malogro republicano. A I República abole a aristocracia e a religião, mas revela-se absolutamente incapaz de traçar um rumo definido e claro, de unificar o país sob os mesmos princípios. Desaba no abismo, ingovernável.



Quinta do Côvo. Caminho de acesso

foram abandonadas e reduzidas a pó pelos tempos?

É precisamente no eco destes silêncios que tropeço a cada envelope desbotado e poeirento. E se o título de Condessa do Côvo me intrigou, por desconhecido, a autoconfiança demonstrada pela autora da carta, D. Sophia Adelaide Ferreira Alves de Castro Lemos, acicatou-me o interesse. A carta da Condessa, de 4 de março de 1914, a felicitar, naturalmente, D. António Barroso pela vitória alcançada no Tribunal e a comunicar-lhe a realização da desobriga na sua capela particular – em plena batalha contra a Igreja – é, no mínimo, tomar partido e desafiar o sistema. Sophia Adelaide Ferreira Alves nasceu no meio da grande burguesia industrial do Norte. António Dias Ferreira, um grande capitalista, vê a sua filha receber, em 1869, o pergaminho da fidalguia por casamento na mais alta nobreza com Gaspar Maria de Castro e Lemos (elevado a 1.º Conde do Côvo por D. Luís, em 1882).

Esta união espelha as mudanças profundas por que passava a sociedade da época, ao unir o prestígio da velha nobreza dos Castro Lemos com o poder financeiro consolidado de um grande capitalista como Ferreira Alves. Após esta primeira análise, que me pareceu interessante, avancei pelas seguintes – e muitas – cartas dirigidas a D. António Barroso. O caminho era longo.

Reencontro no Caramulo

Anos depois, verifiquei que, no subconsciente, o Côvo ficara como curiosidade. A vida tem destas coisas. Como apaixonada



Antigo lost place, Solar de Vilar

<https://www.solardevilar.com>

pelo séc. XIX, sempre me encantou o esplendor e me horrorizou a morte das casas senhoriais que jazem pelo país, hoje cobiçadas por caçadores de lost places. Mas a história tem uma forma curiosa de se fazer notar, e o passado encontra sempre uma fresta para voltar a iluminar o presente.

Pois foi num antigo *lost place* roubado às ruínas por mãos decididas, que o meu caminho, inusitadamente, se voltou a cruzar com a existência da personagem daquela carta, até então relegada para depois. O tempo era de lazer, esperavam-me uns dias de férias, quando cheguei a Vilar de Besteiros.

No vale, o edifício surgiu majestoso: a escadaria imponente e convidativa; a capela privativa anexa, marco de poder. O Solar de Vilar ocupa generosamente o largo servido por um belo fontanário, enquanto por detrás a quinta se estende pela campina; o horizonte aberto sobre a serra devolve brisas amenas e vivificantes. O restauro cuidadoso destas ruínas tornou esta casa num espaço de

viagem interior e encontro com a história. Da generosa varanda de pedra, o olhar descansa no verde da serra do Caramulo, enquanto os pássaros, por entre chilreios, bebericam e se refrescam no tanque de granito, lá em baixo, no pátio interior.

Ao deambular pela casa, dei de frente com um quadro, em particular, que me fez estacar, curiosa: uma árvore genealógica bem desenhada. Em si, nada de especial, não fosse a menção à “Condessa do Côvo”.

Agarrei o momento. Anos antes, o título de Condessa do Côvo já me tinha intrigado numa carta dirigida a D. António Barroso. A autoconfiança de D. Sophia Adelaide Ferreira Alves de Castro Lemos acicatara-me o interesse, mas a carta acabara relegada para depois... (o que quer que isso signifique perante quase duas mil cartas). Ficara no subconsciente. E agora, ali, naquele vale do Caramulo, D. Sophia Adelaide impunha-se-me novamente.

Continua no próximo Boletim

TRIBUNA DO LEITOR

Agradecemos ao **Arq. Duarte Pinto** a colaboração que amavelmente nos enviou:

SANTO ANTÓNIO DO PORTO

Não tenho nada contra o Santo António de Lisboa, pelo contrário, mas quando me refiro, entre amigos, a D. António Barroso, costumo dizer-lhes jocosamente que queremos um “Santo António do Porto, porque rezar ao de Lisboa aqui não dá”. É evidente que esta rivalidade de santos não faz muito sentido na nossa Fé, até porque o Santo António de Lisboa já leva muitos séculos de santidade à frente e a sua fama ultrapassa as nossas fronteiras (até Pádua o fez seu). Contudo, ter um santo da nossa “terrinha” é sempre outro consolo...

Isto vem a propósito de um artigo que saiu no Brasil em 1911, devido às diatribes que o governo republicano fez a D. António Barroso. Assina-o “**João do Porto**” que certamente era aqui do nosso invicto burgo... Como estava noutro continente, onde se podia escrever o que cada um pensava, fez de altifalante à voz do povo fiel, opondo-se às atitudes republicanas do nosso governo e em defesa do seu bispo. E não preciso de dizer mais nada, basta ler:

Portugal - a perseguição religiosa (I)

O governicho que infelicitava Portugal entrou agora francamente na senda da perseguição aos sacerdotes portugueses. A canalha receia a influência do clero nas próximas (?) eleições para a projetada farsa de uma constituinte, e por isso trata de afastar do País todos os homens de valor e todos os sacerdotes de prestígio.

A perseguição que se está fazendo ao virtuoso prelado Dom António Barroso é de causar a maior indignação a todos os espíritos liberais.

O ilustre Bispo do Porto é a honra do Episcopado português. Não há quem aponte uma falha no seu carácter inteiriço. Homem de princípios austeros, de variada e profunda ilustração, exercendo o sacer-



Imagem de Santo António que preside o átrio do salão nobre do Hospital de Santo António, Porto. Século XVIII, madeira policromada.

dócio por amor, D. António Barroso nunca teve um desafecto, nunca encontrou quem se atrevesse a censurar os seus atos, pois sempre os pautou pela mais inteira justiça pela mais flagrante verdade. O seu palácio nunca se fechou. Pobres e ricos tinham entrada franca e acesso livre até junto do virtuoso prelado, sempre pronto a atender os que se lhe dirigiam, socorrendo os que necessitavam de conforto ou auxílio.

Um prelado desta ténpera não podia ter desafectos. O Porto adora-o e o povo, quando a ele se refere, chama-o – O Santo.

Pois, foi a um sacerdote deste estofo que o célebre Afonso Costa entendeu dever perseguir e arbitrariamente destituir de um cargo que não lhe deu e que não pode tirar.

Não há em Portugal um homem de honra capaz de fazer a mais leve acu-

sação ao carácter de D. António Barroso. Só mesmo o Sr. Afonso Costa podia ter a coragem de expor às iras da carbonaria açulada pelo governicho de Lisboa. Mas há de arrepender-se de tantas violências.

D. António Barroso poderá não protestar contra a violência de que está sendo vítima, porque é profundamente religioso e bom; mas o povo do Porto há de fazer pagar caro tais afrontas.

A anarquia que domina Portugal neste momento está desorientada de vez. Perdeu um resto de pudor que talvez ainda possuísse e atira-se no caminho da violência desenfreada.

Escarneceu de pobres mulheres indefesas, espingardeou sacerdotes estrangeiros, expulsou padres portugueses, fez a apologia do assassinato com um museu, que é a maior de todas as vergonhas, perseguiu a imprensa que tinha a coragem de dizer verdades e agora persegue os prelados por serem virtuosos, por não abdicarem da sua dignidade, por serem honestos e bons.

E esta matilha que o povo ainda há de escorraçar como merece, atreve-se a dizer que é civilizada.

E querem que os portugueses, residentes no Brasil, não gritem bem alto contra tanta infâmia.

Nunca a colónia portuguesa aqui residente poderá aplaudir tal gente, nem jamais quererá ter quaisquer relações com os seus representantes, que melhor fariam se fossem para o meio dos seus parceiros, deixando em paz quem de tal gente só quer distância.

João do Porto

Como se vê, a comunidade portuense no Brasil estava atenta ao que se passava no nosso “jardim à beira-mar plantado, mas mal orientado...” como diria o povo.

Duarte Pinto, do Porto.

29 de Março de 2026

NOTA:

I - Jornal do Brasil, 9.03.1911, p. 10.

Continua no próximo Boletim

D. António Barroso na Festa das Cruzes, 2026

Texto - José Campinho

Imagem - Adelaide S. e A. Barroso

A Postulação da Causa da Canonização do Venerável D. António Barroso esteve mais uma vez presente na Procissão da Invenção da Santa Cruz que, no dia 3 de maio de cada ano, se realiza em Barcelos, como ponto alto da dimensão religiosa das seculares Festas das Cruzes do concelho. Popularmente conhecida como “Procissão das Cruzes”, esta procissão é uma das manifestações de fé mais imponentes do Minho. Nela participaram, mais uma vez, os mordomos e representantes das 89 paróquias do concelho de Barcelos, que desfilaram pelas principais ruas do centro histórico da cidade, transportando as respetivas cruzes paroquiais, bem como os estandartes das principais confrarias da cidade.



Neste contexto se integrou o estandarte do Venerável D. António Barroso, o missionário de Remelhe, que se mostrou aos milhares de pessoas presentes como o pe-



regriño que, depois de, no passado, ter peregrinado por três continentes, peregrina, agora a caminho dos altares, já “canonizado” pelo povo...

A Depressão Kristine provocou danos graves no Seminário onde o Venerável D. António Barroso recebeu a sua formação missionária



Padre Luís Figueiredo, Reitor do Seminário de Cernache do Bonjardim. Ao fundo, azulejo evocando o missionário António Barroso.

Estão ainda por recuperar muitos dos danos graves e estruturais que a Depressão Kristine provocou no Seminário de Cernache do Bonjardim. A Sociedade Missionária da Boa Nova apela à generosidade de todos os antigos alunos desta Casa secular, bem como aos familiares de D. António Barroso e aos amigos da Causa da sua Canonização.



**PROJETO
RECONSTRUIR CERNACHE**

COLABORE

PT50 0035 0121 0000 1173 8305 5

SWIFT CGDIPTPL

IBAN | SOCIEDADE MISSIONÁRIA DA BOA NOVA

Boletim do Venerável D. António Barroso



Conheça o Venerável D. António Barroso

No site www.domantoniobarroso.pt pode ver e ouvir uma breve entrevista gravada no YouTube, sobre a vida e a obra de D. António Barroso, insigne bispo missionário, que todos desejamos ver nos altares.

O bom humor de D. António Barroso

O biógrafo Daciano Guimarães descreve, com graça, este episódio divertido: numa «exposição, do pintor Sousa Pinto, na qual igualmente compareceu o venerando Bispo, este analisou tudo com o maior interesse. Ao aproximar-se de uma tela “Camponesa Minhota”, exclamou de braços estendidos e numa gargalhada de satisfação: – *Gente dos meus lados! ... E, perante a tela “Estio”, que apresenta um nu artístico, fez as seguintes considerações, após demorada análise: Tenho reparado que os pintores e os escultores de agora tentam exceder o Criador, na harmonia e elegância de linhas!... Tintoretto, Rubens, Ticiano, Michel’Ângelo, e muitíssimos mais, trabalhavam com modelos de mais idade...».* (GUIMARÃES, Bertino Daciano R. S. – *D. António Barroso. Homem de Acção. Português de Lei. Pessoa de Bem. Minho: Fundação da Tertúlia de Afife, 1956, p. 22*)

GRAÇAS RECEBIDAS

“Pede com confiança, procura com paciência e bate com persistência; o milagre vem no tempo de Deus, não no nosso” (Santo Agostinho)

O processo de canonização do Venerável D. António Barroso encontra-se em Roma, no Dicastério para as Causas dos Santos, aguardando que surja um acontecimento que a Igreja considere milagroso. Sem ele, o processo não avança. Se entender que recebeu alguma graça extraordinária (milagre), alguma resposta extraordinária às preces que dirige a Deus, por intercessão do Venerável, informe o Postulador ou o Vice-Postulador, pelo tlm. 934285048 ou pelo e-mail vicepostulador.antoniobarroso@gmail.com

CONTAS EM DIA

A última relação de contas (até 28 de Fevereiro de 2026), está disponível no Boletim n.º 47, III Série. De 1 de Março de 2026 até 31 de Maio de 2026, realizaram-se as seguintes **despesas**: Escola Tipográfica das Missões (Boletim n.º 47): 647,20€; Consumíveis e correio: 45,00€; Renovação para domínio do site domantoniobarroso.pt: 55,17€. **TOTAL: 747,37€.**

No mesmo período, recebemos os seguintes **donativos** para apoio à Causa da Canonização e despesas do Boletim: Alberto J. Gonçalves Gomes: 50,00€; Artur M. Salazar Norton: 25,00€. **TOTAL: 75,00€.**

**PARA APOIO À CAUSA DA CANONIZAÇÃO OU DESPESAS DO BOLETIM,
USE A CONTA DE D. ANTÓNIO, NA C.G.D.:**

NIB: 003505420001108153073 IBAN: PT50003505420001108153073 BIC: CGDIPTPL

MORADA DO BOLETIM:

RUA DE LUANDA, N.º 480, 3.º ESQ. / 2775-369 CARCAVELOS / CASCAIS